

Meia-sola

MILTON TEMER*

FHC

Não é para menos. Seus índices de rejeição não cedem. Seus correligionários fogem dele como galinhas da raposa, para não verem suas parcas chances eleitorais mirrarem mais ainda nas próximas eleições municipais. Começam a sentir a pela as repercussões do custo social desse famigerado modelo de política econômica a que nos vimos submetidos na busca da "estabilidade".

Não havia, portanto, caminho alternativo. Não havia mais espaço para a agressiva arrogância autoritária, como na cunhagem dos "neobobos", para os que contestassem o pensamento único; dos "inimpreáveis", para os que se viam impotentes diante do crescente desemprego; dos "vagabundos", para os que exigissem proteção de direitos como aposentados.

Tratou FHC de partir, então, para as "medidas de impacto". Em uma semana, mal dando tempo para digestão de cada uma das iniciativas, anunciadas por ele ou por seus operadores administrativos, quebrou tabus em várias direções, certamente já tendo em mãos a tendência da última pesquisa divulgada. Primeiro, a inesperada diminuição dos juros sobre títulos da dívida pública em 1%, logo seguida das promessas de aprovação da reforma tributária em tramitação no Congresso e do financiamento e investimentos em infra-estrutura para os assentamentos controlados pelos militantes do MST. Tudo na seqüência de um milagroso e já desacreditado plano de segurança, pretensiosamente articulado para conter o incessante surto de violência nos grandes centros urbanos.

Publicidade pura, como se verifica, indo ao grão.

Juros. A diminuição em 1% nos juros da dívida pública só propiciou, no imediato, ganho para os banqueiros portadores de títulos pré-fixados. Em um dia, R\$ 231 milhões. Quanto a pequeno e médio empresários, sufocados nas dívidas crescentes, uma banana. Em reunião na Febraban, esses enfatiados do poder decidiram não transferir a redução para os créditos que concediam, até que a decisão mostrasse consistência técnica. Cartelização criminosa, já denunciada ao Ministério Público, ao Cade e à Secretaria de Direito Econômico. Resta saber se resultará em sanções diante dos poderosos.

Promessas ao MST. Na mesma linha do plano de segurança, bolado e divulgado sem consulta prévia aos governos dos estados, que têm a responsabilidade executiva. Não há recursos orçamentários, mas isso não apareceu no noticiário de lançamento, todo concentrado

A inflação aparece muito mais no dia-a-dia do que na cesta de avaliação dos institutos especializados

no oba-oba das "iniciativas governamentais". Veio depois, quase discretamente, com Martus Tavares, no caso da segurança, e com Raul Jungman, na questão agrária. Como ordenadores de despesas, já criaram as dificuldades. Confirmadas, aliás, na aprovação do superávit de R\$ 35 bilhões na Lei de Diretrizes Orçamentárias com vistas a 2001. Ali, está claro: dinheiro só há para pagamento de juros e serviços da "dívida". Ordens do FMI.

Reforma tributária. Como todo mundo sabe, todo mundo quer. Resta saber que reforma, a favor de quem e tirando de onde. É claro que o movimento de FHC vai na direção dos interesses da Fiesp, unicamente preocupada em eliminar os impostos acumulativos. Mas isso é nada. Sem garantia de progressividade, sobretaxação do capital especulativo e das grandes fortunas, e uma perspectiva distributivista, para além de garantias de combate à sonegação, não há reforma, principalmente para os que ganham até R\$ 2 mil de salário, e que constituem 80% daquilo que a Receita arrecada de Imposto de Renda. Mas isso o governo FHC não aceita nem discutir.

E a inflação? É a questão decisiva, depois de tudo. E cuja resposta talvez explique muito do descrédito que mesmo o senso comum conservador hoje destina a FHC. Pesquisa do economista da Unicamp Ricardo Carneiro, divulgada pela revista *IstoÉ*, comprova que boa parte da inflação sentida no dia-a-dia não é vista nos índices. Aluguéis, custos de condomínio, botijão de gás, passagens de trens e ônibus, consultas médicas, tudo isso aparece muito mais na vida real do que na cesta de avaliação dos institutos especializados.

Como responder a isso? Para o PT, não será, certamente, caindo no cantochão das "campanhas municipais voltadas para os problemas de administração local". Mas sim na tentativa de transformá-las, com seu elenco de possibilidades e amplitudes, em momento de mobilização contra o modelo concentrador que governa o país.